



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11409 - Resumo Expandido - Trabalho - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 15 - Educação Especial

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADOS DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA PANDEMIA DE COVID-19

Marcelo Brito dos Santos - UEMS/UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MATO GROSSO DO SUL

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADOS DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA PANDEMIA DE COVID-19

Resumo: Esta pesquisa em andamento tem como objetivo investigar o atendimento educacional especializado de estudantes com deficiência visual da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul no contexto da pandemia de Covid-19. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de natureza crítica tendo sua análise referenciada pela matriz teórico-metodológica da ciência da história. Até o ponto atual de análise, constata-se a necessidade de formação para professores que faça frente não só ao ensino remoto, mas à construção de uma relação educativa que aproxime professor-especializado/professor-regente e estudante com deficiência visual, de modo que se superem as barreiras postas ao processo de ensino-aprendizagem, colaborativamente, e que a compreensão, a construção de estratégias e tecnologias educacionais atendam às necessidades dos professores e dos estudantes com deficiência visual, compreendendo o espaço virtual como lugar alternativo que necessita ser pensado a partir dos princípios da inclusão educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Deficiência Visual. Organização do Trabalho Didático. Atendimento Educacional Especializado. Pandemia.

A Secretaria de Estado de Educação (SED/MS) como forma de enfrentamento ao distanciamento social em razão da Covid-19 adotou por meio da Resolução SED n. 3.745 de 19 de março de 2020 oferta de *Atividades Pedagógicas Complementares* (APC's) que, segundo, a resolução foi uma estratégia que garantia o cumprimento dos objetivos e habilidades mínimos previstos no currículo escolar, bem como o cumprimento do ano letivo.

Buscamos responder ao seguinte problema: como o atendimento educacional especializado para o estudante com deficiência visual na rede estadual de ensino se organizou

no período da pandemia de Covid-19? Quais as estratégias e tecnologias educacionais foram construídas? Quais os impactos e desafios? Quais as soluções apresentadas e lições que nos deixam?

Tendo como objetivo analisar o atendimento educacional especializado para estudantes com deficiência visual a partir das estratégias e tecnologias educacionais, em especial a oferta das APC's, propostas durante a pandemia de Covid-19 na rede estadual de ensino do Mato Grosso do Sul.

A Resolução SED n. 3.745 de 19 de março de 2020 que regulamentou a oferta de *Atividades Pedagógicas Complementares* (APC's) nas Unidades Escolares e Centros de Educação, cujo objetivo era o cumprimento do currículo escolar com a sua carga horária anual e dias letivos. Ficando a cargo da Direção Escolar em conjunto com a equipe técnico-pedagógica estabelecer o modo de comunicação com as diversas famílias dos estudantes para o envio e recebimento das APC's podendo serem físicos ou virtual (Art. 2º, §1º, Resolução/SED nº3.745/2020).

E conforme Art. 4º competia ao docente:

I – **Planejar e elaborar a APC** em consonância com os documentos curriculares emanados da Secretaria de Estado de Educação, que deverá ser apreciado pela coordenação pedagógica;

II – **Criar canal de comunicação a fim de sanar possíveis dúvidas** dos estudantes, famílias ou responsáveis escolar, **no que diz respeito à APC**, de forma a orientar e garantir a qualidade do serviço prestado;

III – **Arquivar a APC para fins de comprovação do cumprimento do currículo, da avaliação do rendimento escolar, da carga horária anual e dos dias letivos** aos quais o estudante tem direito, e posterior repasse ao Coordenador pedagógico.

O delineamento da organização do trabalho didático que se construiu para o atendimento dos estudantes de um modo geral no contexto da pandemia na sua fase mais aguda, o distanciamento social. Percebe-se com grande ênfase a centralidade na atividade didática e tecnologia, aqui compreendido como atividade pedagógica complementar (APC). O caput do artigo 2º faz menção a forma que o estudante poderá receber, sendo físico ou virtual. Neste contexto o professor embora tenham a função, conforme norma, no planejamento e elaboração, também cabe a ele *criar o canal de comunicação* para sanar dúvidas advindas.

Em seu capítulo V trata dos estudantes públicos da educação especial. E no Art. 17 nos diz,

Os professores especializados em educação especial, quais sejam: *professores de apoio em ambiente escolar, professores do Atendimento Educacional especializado em Sala de Recurso Multifuncional*, tradutor intérprete de Libras, instrutor mediador da modalidade sinalizada ou oral e guia intérprete, **em articulação** com o *professor regente* e a *equipe pedagógica da escola*, ficarão responsáveis pelas adequações das atividades, dos materiais dos estudantes públicos da educação especial (Res. SED. Nº 3.745/2020).

O §3º do Art. 17 estabeleceu como critério para as adequações realizadas pelos

profissionais da educação especial o seguinte:

I – O Plano Educacional Individualizado – PEI;

II – O grau de autonomia para execução da atividade, com mediação dos familiares;

III – O recurso educacional especializado necessário para execução da tarefa em casa;

E com foco na deficiência visual estabelece no Art. 19 que “cabe ao professor especializado em educação especial orientar quanto á disponibilização dos recursos de acessibilidade” detalhando nos parágrafos seguintes que

§2º O professor de sala de recurso e/ou professor de apoio serão responsáveis pela transcrição *braille* para tinta, tinta para *braille*.

§3º O professor da Sala de Recurso Multifuncional e/ou professor de apoio deverão ampliar as atividades para os estudantes com baixa visão de acordo com a fonte especificada na avaliação funcional da visão.

Ao desenvolver esta análise do atendimento educacional especializado de estudantes com deficiência visual no contexto da pandemia de Covid-19 partimos do pressuposto, segundo KASSAR (2003), que as políticas públicas são criadas em razão da contradição do movimento da sociedade que têm como tensão capital e trabalho.

Neste cenário é importante, além de identificar o conjunto normativo estabelecido para atender no contexto da pandemia, a motivação desta forma de trabalho adotada. Identificar como as pessoas foram atingidas, atendidas nesse contexto social e histórico? Pois são pensadas para totalidade da população, mas como foram incorporadas? Qual a relação entre as ações propostas para atendimento em massa e a percepção do sujeitos envolvidos? Tiveram a resposta esperada (Kassar, 2003)?

As medidas adotadas, principalmente, na educação alteraram as circunstâncias vividas anteriormente, sejam por professores ou estudantes? Pois, conforme Marx e Engels (1986, p56) “as circunstâncias fazem os homens”, ou seja, constituído criado por este mundo (Shaff, 1967).

A pandemia forjou determinadas circunstâncias as quais impulsionaram determinadas políticas públicas e aqui analisamos as que estão voltadas à educação, em especial, as que estão voltadas à educação especial no atendimento do estudante com deficiência visual. De acordo com Kassar (2003, p. 417 apud Bottomore,1988) precisamos compreender em sua totalidade, as suas relações dinâmicas. Nas quais captamos as suas contradições inerentes ao processo histórico, determinações constitutivas do desenvolvimento social por meio de um esforço de observação, registro, análise e questionamentos.

A base material a qual lançamos mão para analisar essa totalidade, especificamente a educação especial, em suas relações dinâmicas foram dadas por meio dos relatórios de acompanhamentos do CAP-DV e Dados lançados das APC no Drive Covid, todos efetuados por professores das Salas de Recursos Multifuncionais e outros profissionais da educação especial acompanhados pelo Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual (CAP-DV).

Baseado na categoria de análise (ALVES, 2005a e 2005b) pode-se identificar como elemento nuclear da organização do trabalho didático a Atividade Pedagógica Complementar

(APC), baseado na Resolução SED n. 3.745 de 2020. É inserida como elemento material que garante o cumprimento da carga horária anual e dos dias letivos.

Estabeleceu como *elemento mediador* para realização das APC's, todos os componentes curriculares elaborado pelo professor, *a família*. Alterando a relação educativa presente na organização do trabalho didático. Cabe ressaltar os efeitos advindos desse processo, pois grande parte das famílias, dadas as condições sociais e econômicas, não puderam se organizar para atender de forma adequada, exemplo um espaço próprio em casa, a estes estudantes, no caso da deficiência visual, muitos não tinham o domínio do Braille ou dos recursos de tecnologias assistivas necessários.

A pandemia ao levar os sistemas de ensino a adotarem o “ensino remoto” como estratégia para o atendimento escolar gerou o deslocamento do espaço físico da escola para o espaço físico da casa. E as estratégias e tecnologias educacionais que mediaram esse deslocamento no processo de ensino, conforme Resolução 3.745 de 2020, foram as APC's e algumas tecnologias digitais da informação e comunicação, exemplo, Google Sala de Aula, Youtube, Meet.

Contudo ao analisarmos o uso destas tecnologias percebemos limitações de uso e de acesso relacionadas aos estudantes e professores. A acessibilidade em especial para pessoa com deficiência visual, principalmente o acesso por meio de dados móveis, sejam por celular ou computador. Ou seja, nem todos têm o acesso disponível o que somente acontecia dentro do espaço escolar.

Conforme análise inicial do Drive Covid, gerenciado pela Coordenadoria de Políticas em Educação Especial da Secretaria de Estado de Educação, cujo o objetivo era monitorar e assessorar por meio dos Centros de Educação Especial a elaboração das APC's, grande parte dos estudantes com deficiência visual não receberam APC's adequadas às suas necessidades inicialmente em razão da grande demanda existente (CAPDV, 2020), pois a sala de recursos multifuncional passaram a atender a todos os estudantes públicos da educação especial, evidenciando a necessidade de formação de professoras para as tecnologias e estratégias voltadas aos estudantes com deficiência visual.

Percebe-se neste cenário a necessidade no processo de formação de professores para atender às demandas geradas pelo ensino remoto, mas à construção de uma relação educativa que aproxima professor-especializado/professor-regente e estudante com deficiência, cujo a intenção é dirimir as barreiras postas ao processo de ensino-aprendizagem de forma colaborativa, a compreensão e construção de estratégias e tecnologias educacionais que possam atender as necessidades dos professores e estudantes, bem como a compreensão e prática do espaço virtual como espaço alternativo que necessita ser pensado a partir dos pressupostos da inclusão.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. L. (2005a). **A PRODUÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA CONTEMPORÂNEA**. E.ed.rev. Campinas, SP: Autores Associados: Campo Grande, MS: Editora UFMS.
- ALVES, G. L. (2005b). **O TRABALHO DIDÁTICO NA ESCOLA MODERNA: FORMAS HISTÓRICAS**. Campinas, SP: Autores Associados.
- ALVES, G. L. (2012). **ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DIDÁTICO: QUESTÃO CONCEITUAL**. Acta Scientiarum. Education. Maringá, PR. V. 34, n. 2, p 169-178, July-Dec. 2012.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2019: RESUMO TÉCNICO**. Brasília, 2020

BRASIL. MEC. **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2**, de 20 de dezembro de 2019.

CAPDV, Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual. **Relatório Monitoramento Drive Covid**. Campo Grande, 2020.

Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul. Normativas para combate a COVID-19. <<http://www.cee.ms.gov.br/rol-de-acoes-covid-19/>> Acesso em: 22/09/2020.

CORRÊA. N.M. e NERES. C.C. **O TRABALHO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE NA EDUCAÇÃO DO DEFICIENTE VISUAL**. Cad. Cedes. Campinas. Vol. 2. N. 75, p.149-170. Maio/ago.2008. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

GLAT. R. e PLTSCH. M.D. **ESTRATÉGIAS EDUCACIONAIS PARA ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS**. Ed. UERJ. Rio de Janeiro.2013.

KASSAR, Mônica de C.M. **POLÍTICAS EDUCACIONAIS E SUJEITOS: CONTRIBUIÇÃO PARA DESENHOS DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL. PERSPECTIVA**. Florianópolis. V. 21. N.02, p 413-430. Jul/dez. 2003.

SCHAFF, Adam. **O MARXISMO E O INDIVÍDUO**. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1967.